

Atas do IV

Seminário Internacional

Vulnerabilidades Sociais e Saúde

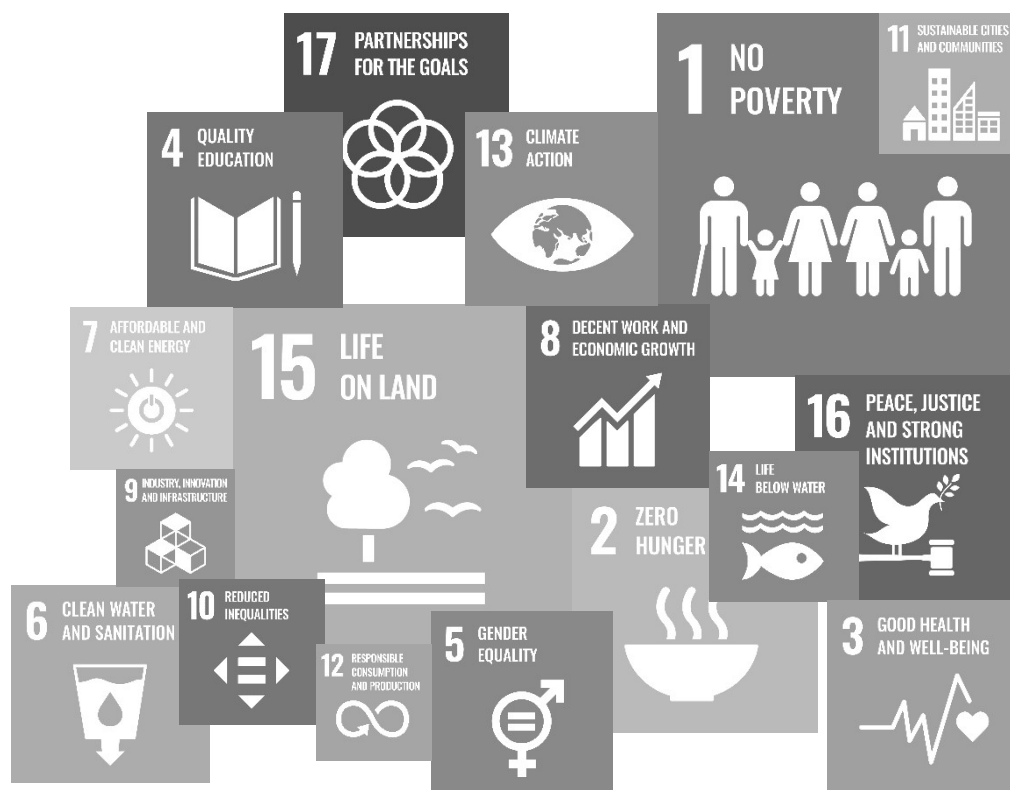
*“Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:
Velhos Desafios E Novas Oportunidades”*

Campus do IPS,

Setúbal

5, 6 e 7 de maio de 2022

<http://www.seminariovss.ips.pt>



Atas do IV Seminário Internacional
Vulnerabilidades Sociais e Saúde
“Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:
Velhos Desafios e Novas Oportunidades”

Editores:

Ana Paula Gato (ESS/IPS)

Andreia Ferreri Cerqueira (ESS/IPS)

Edgar Canais (ESS/IPS)

José Rebelo (ESCE/IPS)

Sandrina B. Moreira (ESCE/IPS)

Vítor Barbosa (ESCE/IPS)

Instituto Politécnico de Setúbal

Apoio financeiro do CIDEHUS (UIDB/00057/2020)



O presente volume integra textos referentes a comunicações apresentadas no IV Seminário Internacional Vulnerabilidades Sociais e Saúde - “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Velhos Desafios e Novas Oportunidades”, realizado nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2022, no Instituto Politécnico de Setúbal.

Título: Atas do IV Seminário Internacional Vulnerabilidades Sociais e Saúde - “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Velhos Desafios e Novas Oportunidades”

Editores:

Ana Paula Gato (ESS/IPS)

Andreia Ferreri Cerqueira (ESS/IPS)

Edgar Canais (ESS/IPS)

José Rebelo (ESCE/IPS)

Sandrina B. Moreira (ESCE/IPS)

Vítor Barbosa (ESCE/IPS)

Primeira edição, em formato eletrónico, novembro de 2022

ISBN: 978-989-53890-3-2

Editores: Instituto Politécnico de Setúbal

Comissão Científica

Adrienn Toth, Mate Hungarian University of Agriculture and Life Sciences, Hungria

Ana Beatriz Nunes, Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública

Ana Rolo, ESCE-IPS; CICE

Ana Paula Gato, ESS-IPS; CIDEHUS-UÉ

Andreia Ferreri Cerqueira, ESS-IPS; NURSE'IN

Andreia Silva da Costa, ESEL; CIDNUR

António Manuel Marques, ESS-IPS; CIAS

Boguslaw Sardinha, ESCE-IPS; CICE e SOCIUS/CSG

Carlos Mata, ESCE-IPS; CICE

Cláudia Orsini Machado de Sousa, Universidade de São Paulo, Brasil

Edgar Canais, ESS-IPS; NURSE'IN

Isabel Casimiro, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Jéssica Syrio Calleft, Universidade Estadual de Maringá, Brasil

José Martínez Riera, UAlicante, Espanha

José Rebelo dos Santos, ESCE-IPS; CICE; CIDEHUS-UÉ

Júlia Pescarini, LSHTM, United Kingdom

Kutasi Gábor, UPS, Hungary

Laurinda Abreu, UÉvora; CIDEHUS-UÉ

Lucilia Nunes, ESS-IPS; NURSE'IN

Luís Jorge Gonçalves, Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa

M. Isabel Sánchez-Hernández, Universidade de Extremadura, Espanha

Natalija Cudecka-Purina, BA School of Business and Finance, Letónia

Patrícia Vasconcelos, UNILAB, Brasil

Paulo Caetano, FCT, Universidade Nova de Lisboa

Sandrina B. Moreira, ESCE-IPS; CICE e BRU-IUL

Vítor Barbosa, ESCE-IPS

Comissão de Honra

Presidente do IPS – Angela Lemos

Diretora do CIDEHUS - Fernanda Olival

Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Ética Empresarial- Mário Parra da Silva

Diretor da ESS-IPS - António Manuel Marques

Diretor da ESCE-IPS Pedro Pardal

Comissão Organizadora

Ana Paula Gato (ESS/IPS)

Andreia Ferreri Cerqueira (ESS/IPS)

Edgar Canais (ESS/IPS)

José Rebelo (ESCE/IPS)

Sandrina B. Moreira (ESCE/IPS)

Vítor Barbosa (ESCE/IPS)

Índice

Índice.....	iv
Editorial.....	1
PARTE I – SAÚDE E BEM-ESTAR	2
Sobre as diferenças de género na auto-perceção do estado de saúde e no envelhecimento saudável.....	3
A literacia em saúde dos pré-adultos pós-pandemia: de que forma o novo paradigma digital alterou a vida escolar.	13
Terapia da dignidade: eficácia e barreiras	30
Adaptação e <i>coping</i> dos pais de crianças com doença oncológica	46
Dilemas sobre nutrição em cuidados paliativos: um contributo para a prática de enfermagem	59
Pensando os objetivos do desenvolvimento sustentável na vertente da mulher/família: Uma reflexão integrativa nas áreas de conhecimento e intervenção do/a enfermeiro/a.....	78
Benefícios da traqueostomia precoce no doente submetido a ventilação mecânica invasiva	104
Educação para a sexualidade e afetos em tempos de pandemia: contrassensos e contratempos	113
PARTE II - QUESTÕES SOCIOECONÓMICAS	117
O que é indispensável para os trabalhadores? Discussões sobre fatores de satisfação no trabalho	118
Trabalhar e estudar. Um trajeto de conciliações (im)possíveis	124
O mapa-mundo à luz dos indicadores compósitos de liberdade económica, política e social	139
A estrutura organizacional e os seus atores - modelo de governabilidade das organizações da economia social.....	152
Diagnóstico social e objetivos de desenvolvimento sustentável: educação e emprego no município de Palmela.....	157

Contributos da formação para a gestão do <i>stress</i> do profissional nas instituições particulares de solidariedade social	170
Educação para a promoção do desenvolvimento local da Arrábida: Foco na regeneração do ecossistema em prol do bem-estar das pessoas e planeta	177
PARTE III – VULNERABILIDADES E AMBIENTE	193
As alterações climáticas e a saúde em Portugal.....	194
O papel dos enfermeiros na acessibilidade da mulher migrante ao programa de saúde sexual e reprodutiva nos cuidados de saúde primários em Portugal.....	209
Identificação dos contactos da pessoa com TB e a enfermagem de saúde comunitária e saúde pública: revisão sistemática da literatura	220

O mapa-mundo à luz dos indicadores compósitos de liberdade económica, política e social

*Sandrina B. Moreira, CICE, ESCE - Instituto Politécnico de Setúbal
BRU-IUL - Business Research Unit), sandrina.moreira@esce.ips.pt*

Resumo

“Paz, justiça e instituições eficazes” (ODS 16) é o objetivo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que está na ordem do dia com o eclodir da guerra, pela invasão da Rússia à Ucrânia. Avaliações empíricas mais aproximadas desta componente do desenvolvimento das nações podem ser encontradas na medição de aspetos como liberdade económica, democracia, ausência de corrupção e direitos humanos. A forma predileta de operacionalização de cada um desses fenómenos, inerentemente multidimensionais, passa pelo cálculo de índices que agregam, em larga medida, indicadores de natureza subjetiva ou com escalas ordinais. Neste âmbito, assumem especial proeminência os índices de liberdade económica, de direitos políticos, de liberdades civis, de liberdade dos *media* e de percepção da corrupção. O presente artigo centra-se nesses contributos mais representativos, tendo em vista a sua apresentação e discussão mais detalhada.

Palavras chave: Governança, Desenvolvimento, Medição, Indicadores compósitos, ODS 16

Abstract

"Peace, justice and effective institutions" (SDG 16) is the goal of the 2030 Agenda for Sustainable Development that is on the agenda with the outbreak of war by Russia's invasion of Ukraine. Closer empirical assessments of this component of the development of nations can be found in measuring aspects such as economic freedom, democracy, absence of corruption, and human rights. The preferred way to operationalize each of these phenomena, inherently multidimensional, is by calculating indices that aggregate, to a large extent, indicators of a subjective nature or with ordinal scales. In this context, the indexes of economic freedom, political rights, civil liberties, media freedom and perception of corruption assume special prominence. This article focuses on these most representative contributions, in order to present and discuss them in more detail.

Keywords: Governance, Development, Measurement, Composite indicators, SDG 16

Introdução

Os indicadores compósitos (ou índices) são agregações de um conjunto de indicadores. Apesar de poderem ser identificados diversos argumentos de natureza conceptual e metodológica contra a utilização de tais indicadores, existem também importantes razões para o recurso a essas medidas, das quais se destacam: (i) a capacidade de sintetizar questões complexas ou multidimensionais; (ii) a facilidade de interpretação comparativamente a uma bateria de indicadores separadamente considerados; (iii) a possibilidade de comparar o desempenho entre países e de avaliar os progressos dos países ao longo do tempo, ganhando capacidade de difusão; (iv) a capacidade de redução da dimensão da informação resultante de um conjunto eventualmente alargado de indicadores sem que a informação de base se perca (Saisana e

Tarantola, 2002). A argumentação mais forte que justifica a ampla utilização deste tipo de indicadores é, contudo, a sua multidimensionalidade, na medida em que representam medidas agregadas e relativamente simples de uma combinação de componentes de um fenómeno complexo (Booyesen, 2002).

A complexidade e multidimensionalidade dos conceitos de liberdade económica, política e social ou, simplesmente, governação, tornam a utilização de indicadores compósitos especialmente apelativa neste domínio. Contudo, definições clássicas de governação de organizações como as do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Comissão Europeia e Banco Mundial (sintetizadas, por exemplo, em Sudders e Naham, 2004) ou da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico; Arndt e Oman, 2006) deixam claro que este conceito, além de assumir um carácter amplo, aberto e multidimensional, não conhece uma definição inequívoca e plenamente esclarecedora. Por outro lado, nos estudos de revisão da avaliação quantificada da governação (e.g. Landman e Häusermann, 2003; Munck, 2005; Teorell et al., 2009) é usual o agrupamento dos indicadores em áreas mais específicas da governação como sejam os sistemas eleitorais, a corrupção, os direitos humanos ou a qualidade da burocracia e cujas propostas de desagregação variam, porém, de autor para autor.

O presente artigo assume uma concepção lata de governação, concentrando-se na liberdade económica, política e social ou, mais concretamente, em democracia, corrupção, direitos humanos e liberdade económica. Tem como principais objetivos, por um lado, assinalar a medição compósita como uma das principais abordagens de medição no contexto em análise e, por outro, destacar os contributos mais representativos na medição compósita de cada um dos conceitos referidos, com uma aplicação empírica ao mundo atual.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma. Na secção 1 expõem-se as abordagens predominantes na medição dos fenómenos da democracia, da corrupção, dos direitos humanos e da liberdade económica. Na secção 2 discutem-se as principais características da avaliação do nível de governação de países/regiões, com base nos indicadores compósitos eleitos na medição de cada um deles. A última secção apresenta algumas observações conclusivas.

Abordagens de medição da democracia, da corrupção, dos direitos humanos e da liberdade económica

Atendendo a uma visão lata e eclética do desenvolvimento das nações, reportamo-nos à dimensão do desenvolvimento que pode ser intitulada por “valores”, considerando as subdimensões liberdade económica e liberdade político-social, de forma a captar, de modo desagregado, estes dois tipos de “instituições”. Assim, numa lógica que traduz a postura da corrente institucionalista, atendemos aos conceito de instituições enquanto leis, normas sociais, tradições, crenças religiosas e muitas outras normas de conduta e de comportamento que guiam o comportamento racional dos indivíduos (Diniz, 2006).

De forma sintética e segundo a referência fundamental de North (1991), as instituições constituem “*humanly devised constraints that structure political, economic, and social interaction*” (North, 1991, p. 97). Neste contexto de análise, cabe estabelecer a demarcação entre os conceitos de instituições e de organizações, correspondendo estas a grupos de indivíduos associados por determinado objetivo comum. Empresas, partidos, clubes desportivos ou escolas são, portanto, exemplos deste conceito de organizações. Apesar de estas organizações dependerem das instituições existentes, i.e. do conjunto de regras vigentes, elas assumem, igualmente, um papel importante na determinação da forma como esse próprio contexto institucional evolui.

(i) Democracia

Landman e Häusermann (2003) identificam quatro principais iniciativas na medição da democracia: (i) a utilização de escalas ordinais para diferentes dimensões da democracia; (ii) a classificação de regimes políticos em categorias; (iii) a medição “objectiva” do fenómeno pelo recurso a dados baseados em informação factual; (iv) a medição das percepções sobre democracia pelo recurso a dados baseados em inquéritos à opinião pública.

No primeiro grupo de iniciativas ressaltam o índice das liberdades políticas da *Freedom House* divulgado anualmente na publicação *Freedom in the World*, além do índice *Polity* disponível na base de dados *Polity 5*. O primeiro indicador referido mede as liberdades políticas e cívicas numa escala de sete pontos, enquanto o segundo avalia o grau de democracia e autocracia numa escala de 11 pontos.

No segundo caso destaca-se a classificação dicotómica de regimes proposta por Alvarez et al. (1996) e disponível na base de dados ACLP. Para a classificação dos países em democracias ou não-democracias é estabelecido um limiar mínimo que, no caso concreto, consiste em

classificar um país como democrático sempre que os líderes políticos do executivo e legislativo sejam escolhidos por meio de eleições multipartidárias e com possibilidade efectiva de contestação, figurando a alternância do poder como prova dessa mesma contestação (Przeworski et al., 2000).

Segue-se o índice de democratização de Vanhanen (2000), a única medida “objectiva” de democracia (referida como) disponível na literatura. Participação e contestação são as duas dimensões de democracia que o autor operacionaliza com indicadores dos resultados directamente mensuráveis de eleições, respectivamente, a percentagem de eleitores que votam e a percentagem de votos do partido mais votado. A base de dados *Polyarchy* contém informação sobre o índice e as duas variáveis que o constituem.

Por último, várias são as fontes de dados que fornecem informação sobre democracia percebida. Reflexões da opinião pública sobre o estado da democracia e das instituições democráticas estão, por exemplo, disponíveis nos *Global Barometer Surveys*, no *Eurobarometer* e nos *World Value Surveys*.

(ii) *Corrupção*

O problema basilar na medição da corrupção está na essência do fenómeno a captar – “*it is usually a clandestine activity lacking immediate victims with an interest in reporting cases to authorities*” (Johnston e Kpundeh 2002, p. 34). Consequentemente, “*perceptions of corruption based on individuals’ actual experiences are sometimes the best, and the only, information we have*” (Kaufman et al., 2006, p. 2). Vejamos os métodos de obtenção de medidas de corrupção percebida mais recorrentes, identificando algumas das fontes de dados mais salientadas em Knack (2006).¹⁴

Surgem, primeiramente, os inquéritos com representatividade nacional dirigidos a utilizadores de serviços da administração pública, sejam as empresas ou o público em geral. No que se refere aos inquéritos à opinião pública, destacamos duas grandes abordagens: por um lado, iniciativas de medição da corrupção disponíveis em vários *household surveys* de âmbito mais alargado, caso do “*Voice of the People*” da *Gallup International*, além de outros referidos, por exemplo, no contexto da medição de democracia percebida; por outro, iniciativas como o

¹⁴ Medidas objectivas como o número de pessoas condenadas por práticas de corrupção ou o número de casos de corrupção reportados nos meios de comunicação social são *proxies* imperfeitas da dimensão do fenómeno e, provavelmente, mais indicadas para captar a prontidão e a capacidade dos governos e dos *media* no controlo da corrupção (Rydland et al., 2008).

Barómetro de Corrupção Global (GCB) da *Transparency International* que avalia, especificamente, atitudes e experiências individuais de corrupção.

Seguem-se as medidas de corrupção baseadas em avaliações de peritos produzidas por agências de classificação de risco ou provenientes de organizações inter-governamentais, não-governamentais e *think tanks*. Nesse âmbito, salientam-se os *rankings* de corrupção do *International Country Risk Guide* (ICRG) e o índice de corrupção do estudo *Nations in Transit* (NIT) da *Freedom House*.

Finalmente, os dois exemplos mais frequentemente referidos na literatura de medidas compósitas de corrupção que combinam dados provenientes de múltiplas fontes (incluindo as acima referidas, embora não se esgotando nelas) são o Índice de Percepção da Corrupção (CPI) da *Transparency International* e o Índice de Controlo da Corrupção (CCI) do Banco Mundial.¹⁵

(iii) Direitos humanos

Os direitos humanos podem desagregar-se em duas categorias genéricas: por um lado, os direitos civis e políticos que, globalmente, garantem o direito dos cidadãos a uma participação livre na sociedade civil, económica e política; por outro, os direitos económicos, sociais e culturais que, globalmente, promovem o desenvolvimento económico e social, e a identidade cultural dos cidadãos (Rydland et al., 2008). Em relação aos direitos civis incluem-se, entre outros aspectos, os seguintes: (i) direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; (ii) direito a igual proteção da lei; (iii) direito a proteção contra prisão, detenção e exílio arbitrário; (iv) direito à liberdade de pensamento e de religião (UNDP, 2006). Por seu lado, destacam-se entre os direitos políticos o direito à liberdade de opinião e de expressão, o direito à liberdade de reunião e de associação e o direito de voto e participação política (UNDP, 2006).

No que concerne à medição dos direitos humanos, a literatura considera três principais grupos de indicadores (Landman, 2004; UNDP, 2006). Em primeiro lugar, indicadores sobre o compromisso formal dos Estados em relação aos direitos humanos – *human rights in principle* ou *de jure protection of human rights*. Em segundo lugar, indicadores que se centram nas práticas dos direitos humanos, independentemente do compromisso formal dos países na proteção dos mesmos – *human rights in practice* ou *de facto realization of human rights*. Finalmente, indicadores sobre o nível de desenvolvimento dos países usados como *proxies* para

¹⁵ O CCI é parte integrante de uma iniciativa mais ampla de produção de indicadores de governação a nível mundial. Os *Worldwide Governance Indicators* compreendem, além do referido indicador, cinco outros índices de governação: (i) Estado de direito; (ii) voz e *accountability*; (iii) estabilidade política e violência; (iv) qualidade da regulação; (v) eficácia do governo.

a proteção dos direitos humanos, designadamente económicos, sociais e culturais. As abordagens de medição dos direitos humanos mais difundidas na literatura utilizam o segundo tipo de indicadores, sobretudo ao nível dos direitos civis e políticos (Rydland et al., 2008).

As principais iniciativas na medição das práticas dos direitos humanos (civis e políticos) podem, por sua vez, ser agrupadas em função das categorias de dados usadas na análise, com destaque para as seguintes (Landman, 2004; UNDP, 2006): (i) *events-based data*, os quais compreendem o número e o tipo de violações dos direitos humanos praticadas por atores estatais e não-estatais; (ii) *standards-based data*, os quais apresentam uma determinada escala estandardizada aplicada a informação de natureza qualitativa, tipicamente, avaliada por peritos; (iii) *survey-based data*, os quais se referem às percepções da população sobre a proteção / violação dos direitos humanos.

No primeiro caso evidenciam-se os relatórios qualitativos e narrativos sobre a situação dos direitos humanos produzidos por organizações governamentais como o Departamento de Estado Norte-Americano e organizações não-governamentais como a Amnistia Internacional e a *Human Rights Watch*. Desses relatórios obtêm-se dados sobre eventos que constituem ou conduzem a violações dos direitos humanos como actos de detenção e prisão arbitrários, mortes extrajudiciais, entre outros.

Quanto aos indicadores de síntese produzidos por iniciativas que se baseiam em avaliações de peritos ou escalas estandardizadas, a ênfase está na prática dos direitos humanos por atores estatais, designadamente, o respeito pelos direitos civis e políticos em geral (*Freedom in the World* e os índices de Cingranelli e Richards / CIRI) e a liberdade dos *media* (*Freedom of the Press*) ou o respeito pelos direitos associados à integridade física (CIRI e *Political Terror Scale* / PTS), em particular. Todas essas iniciativas providenciam informação agregada e comparada sobre a frequência e o nível de violações dos direitos humanos entre países.

Por último, em relação aos inquéritos que incluem uma bateria de questões para aferir o nível de percepção sobre direitos humanos, distinguimos dois principais tipos de instrumentos: por um lado, aqueles que utilizam amostras aleatórias da população, como sejam os *World Value Surveys* ou os *Barometer Surveys*; por outro, instrumentos que selecionam amostras de pessoas informadas (equiparadas a peritos na temática) como os *World Governance Assessments*. Com os primeiros pode-se, inclusive, captar (direta ou indiretamente) experiências individuais de violações dos direitos humanos.

(iv) *Liberdade económica*

No âmbito da liberdade económica salientam-se usualmente as abordagens de medição compósita dos conceitos, das quais se destacam, por um lado, o *Economic Freedom of the World* (EFW) do Fraser Institute (Gwartney et al, 2021) e, por outro, o *index of economic freedom* da *Heritage Foundation* (Miller et al., 2022).

O *Fraser Institute* considera habitualmente que os vetores-chave da liberdade económica compreendem “*personal choice; voluntary exchange coordinated by markets; freedom to enter and compete in markets; protection of persons and their property from aggression by others*” (Gwartney e Lawson, 2009, p. 3). O índice de liberdade económica proposto pelos autores mede a consistência das políticas e instituições de uma dada nação com esta conceção do fenómeno, materializada em cinco áreas centrais, classificadas segundo uma escala que vai de 0 (liberdade económica mínima) a 10 (liberdade económica máxima): (i) dimensão do governo: despesas, impostos e empresas; (ii) estrutura legal e segurança dos direitos de propriedade; (iii) acesso sólido a moeda; (iv) liberdade de transaccionar internacionalmente; (v) regulação do crédito, do trabalho e dos negócios (Gwartney et al, 2021).

O segundo indicador de referência sobre liberdade económica é da responsabilidade da *Heritage Foundation*, em colaboração com o *Wall Street Journal*. Os autores têm definido liberdade económica da seguinte forma: “*encompasses all liberties and rights of production, distribution, or consumption of goods and services. The highest form of economic freedom should provide an absolute right of property ownership; fully realized freedoms of movement for labor, capital, and goods; and an absolute absence of coercion or constraint of economic liberty beyond the extent necessary for citizens to protect and maintain liberty itself*” (Holmes et al., 2010, p. 58).

A operacionalização do conceito referido consiste na especificação de uma estrutura dimensional composta por quatro aspectos-chave do ambiente económico e empreendedor sobre o qual os governos normalmente exercem controlo político, designadamente: (i) Estado de direito: direitos de propriedade; eficácia judiciária; integridade do governo; (ii) dimensão do governo: carga fiscal; gastos do governo; saúde fiscal; (iii) eficiência regulamentar: liberdade nos negócios; liberdade no trabalho; liberdade monetária; (iv) abertura dos mercados: liberdade comercial; liberdade de investimentos; restrições ao investimento; liberdade financeira (Miller et al., 2022). As dimensões referidas são agregadas num índice, com

resultados mais altos (numa escala de 0 a 100) a corresponderem a níveis mais elevados de liberdade económica.

Indicadores compósitos sobre liberdade económica, política e social – mapas-mundo

Na presente secção começamos por apresentar com mais detalhe os indicadores compósitos mais difundidos na literatura para cada um dos conceitos identificados na secção 1. Segue-se a apresentação, com intuito ilustrativo, dos mapas-mundo do índice de direitos políticos e liberdades civis da *Freedom House*, do índice de percepção da corrupção (CPI) da *Transparency International* e do índice de liberdade económica da *Fraser Institute*.

(i) *Global Freedom Status / Freedom House*

O índice das liberdades políticas da *Freedom House* é, claramente, uma referência na literatura da medição da democracia, ainda que não isento de limitações. O responsável pela produção do *Annual Survey of Freedom* entre 1973 e 1989 identifica-o como “*essentially a survey of democracy*” (Gastil, 1991, p. 22).¹⁶ Na Tabela 1 sintetizamos as principais características do índice referido.

Tabela 1: Índices de democracia – *Freedom House*

Indicador	Índice das liberdades políticas ⁽¹⁾
Proponente	Freedom House – Freedom in the World ⁽²⁾
Dimensões	<ul style="list-style-type: none">- Processo eleitoral- Pluralismo político e participação- Funcionamento do governo- Liberdade de expressão e crença- Direito de associação e organização- Estado de direito- Autonomia pessoal e direitos individuais
Metodologia	<ul style="list-style-type: none">- O indicador corresponde à média dos índices “direitos políticos” e “liberdades civis”, medindo o nível de democracia.- O primeiro indicador compreende as três primeiras dimensões acima referidas e o segundo as quatro seguintes.- Ambos são apresentados numa escala de 1 (liberdade máxima) a 7 (liberdade mínima).- As questões que compõem uma dada dimensão do índice são avaliadas por peritos tendo por base informação variada, desde relatórios a visitas locais, numa escala que vai de 0 (pior) a 4 (melhor).- Os países são classificados em três grupos possíveis – livres (a média está entre 1 e 2,5), parcialmente livres (de 3 a 5) ou não-livres (de 5,5 a 7).
Observações	<p>⁽¹⁾ <i>Freedom House Index</i> ⁽²⁾ http://www.freedomhouse.org</p>

Os últimos dados disponíveis do índice referido estão mapeados na Figura 1.

¹⁶ Alguns autores questionam que este indicador seja utilizado como medida do nível de democracia. Contudo, o índice da *Freedom House* é também uma referência na literatura da medição dos direitos humanos. Poder-se-ia ter atendido, em complemento, ao índice de liberdade dos *media*, também da autoria da *Freedom House*. Contudo, optámos por não fazê-lo, uma vez que os últimos dados disponíveis reportam ao ano de 2017.

Figura 1: Global Freedom Status / Freedom House



Fonte: <https://freedomhouse.org/explore-the-map?type=fw&year=2022>

Todos temos presente nas nossas memórias o 24 de fevereiro de 2022, pela invasão da Rússia à Ucrânia. O último relatório *Nations in Transit* (NIT) da *Freedom House* assinala a esse respeito que: “*If the Kremlin succeeds in subjugating a sovereign, democratic Ukraine, it will mark the first time that an authoritarian power has overthrown a freely elected national government in the region since the end of the Cold War*” (Smeltzer e Buyon, 2022, p. 1).

(ii) *Corruption Perception Index (CPI) / Transparency International*

A Tabela 2 reúne os principais aspectos conceituais e metodológicos do CPI, assinalando que a variedade de fontes de dados de que depende explica, em parte, a abrangência que caracteriza a definição de corrupção nela referida.

Tabela 2: Índices de corrupção – CPI

Indicador	Índice de percepção da corrupção (CPI)
Proponente	Transparency International – TI (2009; 2022a)
Conceito subjacente	“ <i>the misuse of public power for private benefit</i> ” (TI, 2009, p. 2)
Metodologia	- O indicador é descrito como um <i>survey</i> de <i>surveys</i> , uma vez que se baseia em dados de 13 inquéritos a empresas e avaliações de peritos provenientes de 12 instituições diferentes. - Os dados referidos são estandardizados e agregados num índice que obedece a uma escala que vai de 0 (nível mais elevado de corrupção) a 100 (nível mais elevado de transparência).

A Figura 2 apresenta o mapa-mundo sobre percepção de corrupção segundo o índice referido.

Figura 2: Corruption Perception Index (CPI) / Transparency International



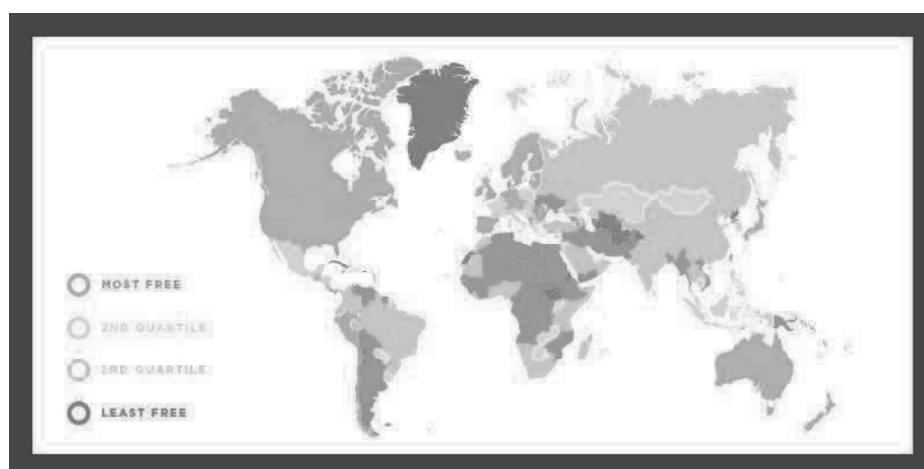
Fonte: <https://www.transparency.org/en/cpi/2021>

De assinalar que dois terços dos países têm uma pontuação inferior a 50, indicativo de problemas sérios de corrupção. É um dado preocupante *per se*, mas sobretudo porque os estudos evidenciam que “*as anti-corruption efforts stagnate worldwide, human rights and democracy are also under assault*” (TI, 2022b).

(iii) Economic Freedom of the World (EFW) do Fraser Institute

Por último, o índice publicado em *Economic Freedom of the World*, o qual mede o grau em que as políticas e instituições dos países apoiam a liberdade económica, está mundialmente espelhado na Figura 3.

Figura 3: Economic Freedom of the World (EFW) / Fraser Institute



Fonte: <https://www.fraserinstitute.org/studies/economic-freedom-of-the-world-2021-annual-report>

Como se pode observar, os países com melhor classificação são, essencialmente, economias desenvolvidas; encontramos, assim, no top-10: (i) Hong-Kong; (ii) Singapura; (iii) Nova Zelândia; (iv) Suíça; (v) Geórgia; (vi) EUA; (vii) Irlanda; (viii) Lituânia; (ix) Austrália; (x) Dinamarca (Fraser Institute, 2021). Por outro lado, o próprio relatório realça, com base em indicadores de pobreza, esperança de vida e PIB *per capita* que “*nations that are economically free out-perform non-free nations in indicators of well-being*” (Fraser Institute, 2021).

Conclusão

A governação é um fenómeno que se caracteriza pela sua complexidade e pela multidimensionalidade do seu conteúdo. Consequentemente, a sua avaliação requer o recurso a indicadores que consigam captar, em termos quantificados, essa mesma multidimensionalidade. É neste contexto que ganha destaque a utilização de indicadores compósitos para a avaliação da governação ou de elementos multifacetados que o constituem. Este tipo de indicadores tem como vantagem mais assinalável o facto de sintetizarem um volume extenso de informação referente às várias dimensões que caracterizam um determinado fenómeno complexo.

Os diferentes indicadores compósitos analisados neste artigo representam os exemplos mais consolidados na literatura de índices sobre aspectos fundamentais da governação, designadamente democracia, corrupção, direitos humanos e liberdade económica. Como denominador comum, as medidas apresentadas agregam avaliações qualitativas dos fenómenos em análise realizadas por peritos ou pelos próprios autores de determinadas medidas. A amplitude das escalas de avaliação utilizadas é diversificada e, nessa medida, a comparabilidade dos resultados fica dificultada. Excepção feita ao índice da *Freedom House*, nas várias medidas de carácter subjectivo consideradas, o valor mais baixo corresponde ao pior resultado e o valor mais elevado ao melhor resultado.

Apesar das iniciativas de medição agregada dos quatro conceitos referidos partilharem entre si elementos ligados de forma inextricável, estamos perante conceitos não equivalentes, na medida em que apresentam também características exclusivas. Ainda assim, os mapas-mundo apresentados assinalam uma associação entre ausência de corrupção, proteção dos direitos humanos e democracia e entre liberdade económica e o nível de desenvolvimento das nações. Naturalmente, essa abordagem de medição que apela ao uso de índices pode ser complementada por uma leitura mais desagregada e mais “fina” dos níveis de democracia,

corrupção, direitos humanos e de liberdade económica, permitindo, assim, uma percepção mais completa de uma parte importante do complexo puzzle da governação das nações.

Bibliografia

- Alvarez, M., Cheibub, J. A., Limongi, F., & Przeworski, A. (1996). Classifying political regimes. *Studies in Comparative International Development*, 31(2), 3-36.
- Arndt, C. & Oman, C. (2006). *Uses and Abuses of Governance Indicators*. Paris: OECD Development Centre.
- Booyesen, F. (2002). An Overview and Evaluation of Composite Indices of Development. *Social Indicators Research*, 59, 2, 115-51.
- Diniz, F. (2006), *Crescimento e Desenvolvimento Económico: Modelos e Agentes do Processo*, Lisboa: Edições Sílabo.
- Gastil, R. D. (1991). “The Comparative Survey of Freedom: Experiences and Suggestions”. In Inkles, A. (ed.). *On Measuring Democracy: Its Consequences and Concomitants*. New Brunswick and London: Transaction.
- Gwartney, J. & Lawson, R. (2009). *Economic Freedom of the World: 2009 Annual Report*. Vancouver, B.C.: Fraser Institute.
- Gwartney, J., Lawson, R., Hall, J. & Murphy, R. (2021). *Economic Freedom of the World: 2021 Annual Report*. Vancouver, B.C.: Fraser Institute.
- Fraser Institute (2021). *Economic Freedom of the World: 2021 Annual Report*. Fraser Institute, disponível em: <https://www.fraserinstitute.org/studies/economic-freedom-of-the-world-2021-annual-report>.
- Holmes, K. R., Feulner, E. J. & O’ Grady, M. A. (2010). *2010 Index of Economic Freedom*. Washington D.C., New York: The Heritage Foundation and Dow Jones & Company, Inc.
- Johnston, M. & Kpundeh, S. J. (2002). The Measurement Problem: A Focus on Governance. *Forum on Crime and Society*, 2, December, 33-44.
- Kaufmann, D., Kraay, A. & Mastruzzi, M. (2009). Governance Matters VIII: Aggregate and Individual Governance Indicators – 1996–2008. Policy Research Working Paper No. 4978, World Bank.
- Kaufmann, D., Kraay, A. & Mastruzzi, M. (2006). Measuring Corruption: Myths and Realities. *Development Outreach*, September, 37-41.
- Knack, S. (2006). Measuring Corruption in Eastern Europe and Central Asia: A Critique of the Cross-country Indicators. Policy Research Working Paper No. 3968, World Bank.
- Landman, T. (2004). Measuring Human Rights: Principle, Practice, and Policy. *Human Rights Quarterly*, 26, November, 906-31.
- Landman, T. & Häusermann, J. (2003). *Map-making and Analysis of the Main International Initiatives on Developing Indicators on Democracy and Good Governance*. Report prepared for Eurostat, Human Rights Centre, University of Essex.
- Miller, T., Kim, A.B. & Roberts, J.M. (2022). *2022 Index of Economic Freedom*. Washington D.C.: The Heritage Foundation.
- Munck, G. L. (2005). “Measuring Democratic Governance: Central Tasks and Basic Problems”. In Narayan, D. (ed.). *Measuring Empowerment: Cross-Disciplinary Perspectives*. Washington D.C.: World Bank.
- North, D. (1991), Institutions, *Journal of Economic Perspectives*, 5, 1, 97-112.
- Przeworski, A., Alvarez, M., Cheibub, J. A. & Limongi, F. (2000). *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World: 1950-1990*. Cambridge University Press.
- Rydland, L. T., Arnesen, S. & Ostensen, A. G. (2008). *Contextual Data for the European Social Survey: An Overview and Assessment of Extant Sources*. Rapport No. 124, Norwegian Social Science Data Services.
- Saisana, M. & Tarantola, S. (2002). *State-of-the-art Report on Current Methodologies and Practices for Composite Indicator Development*. Joint Research Centre, European Commission.
- Smeltzer, M. & Buyon, N. (2022), *Nations in Transit 2002 - From Democratic Decline to Authoritarian Aggression*, Washington D.C.: Freedom House.
- Sudders, M. & Naham, J. (2004). *Governance Indicators: A Users’ Guide*. Report prepared for the United Nations Development Programme and Eurostat.

- Teorell, J., Charron, N., Samanni, M., Holmberg, S. & Rothstein, B. (2009). *The Quality of Government Dataset*. version 17, The Quality of Government Institute, Gothenburg University.
- TI (2009). *Transparency International Corruption Perceptions Index 2009: Methodological Brief*. Transparency International.
- TI (2022a). *Corruption Perceptions Index 2021: Short Methodology Note*. Transparency International.
- TI (2022b). *Corruption Perceptions Index 2021*. Transparency International, disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2021>.
- UNDP (2006). “Indicators for Human Rights Based Approaches to Development”. In UNDP Programming (ed.). *A Users’ Guide*. New York: Bureau for Development Policy, Democratic Governance Group, United Nations Development Programme.
- Vanhanen, T. (2000). A New Dataset for Measuring Democracy: 1810-1998. *Journal of Peace Research*, 37, 2, 251-65.